

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

## **ATA DA 14ª REUNIÃO DA COLFAC (ALF/SPO)**

**Comissão Local de Facilitação de Comércio na Alfândega da RFB em São Paulo  
(Portaria Conjunta RFB/SDA/ANVISA nº 1.702, de 07 de novembro de 2018)**

Às dez horas do dia 23 de fevereiro de 2021, pela plataforma virtual *Microsoft Teams*, a partir da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo (ALF/SPO), situada na Av. Celso Garcia nº 3580, Tatuapé, São Paulo/SP, realizou-se a 14ª Reunião da Comissão Local de Facilitação de Comércio – COLFAC, que contou com a presença de representantes da ALF/SPO, da ANVISA, do VIGIAGRO, da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP), da FIESP, da FecomercioSP, de despachantes aduaneiros, dos recintos alfandegados sob a jurisdição da ALF/SPO e de representantes de diversos intervenientes aduaneiros.

### **Participantes Efetivos:**

José Paulo Balaguer, auditor-fiscal da RFB, Delegado da ALF/SPO

Pedro Antônio de Andrade, auditor-fiscal da RFB, Chefe do SEDAD da ALF/SPO

Claudia Alves Pereira, Representante da ANVISA

Celso Gabriel Herrera Nascimento, Representante do VIGIAGRO

### **1. ABERTURA**

O Sr. Delegado-Adjunto Hector Kenzo H. Kitahara, auditor-fiscal, cumprimentando todos os participantes e agradecendo-lhes o comparecimento à primeira reunião do ano da COLFAC da Alfândega de São Paulo, ressaltada como importante fórum de discussão sobre os temas de comércio exterior, apresentou o novo Delegado empossado da Unidade, o auditor-fiscal Sr. José Paulo Balaguer, deu-lhe as boas-vindas e discorreu sucintamente sobre o extenso currículo de sua trajetória em posições de gestão na RFB, ao ter sido: Inspetor-Chefe da antiga Inspetoria da Receita Federal em São Paulo, Superintendente-Adjunto por duas vezes, chefe da DIANA/SRRF08, Delegado da antiga DELEX etc. O Sr. Pedro Antônio de Andrade, auditor-fiscal, chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro (SEDAD), então, realçando o elevado quórum de participação na reunião e os

avanços ocorridos ao longo dos encontros, enumerou brevemente quatro assuntos de interesse local: (1) Simplificação do Trânsito Aduaneiro: a conquista da simplificação impôs aos beneficiários, quando recintos aduaneiros, a obrigatoriedade de anexação do relatório de acompanhamento de viagem ao final de cada operação de trânsito para permitir o monitoramento do percurso da carga, contudo alguns beneficiários estão descumprindo a exigência e é imprescindível cumpri-la para não haver a perda do benefício; (2) Admissão Temporária ou Exportação Temporária: com o advento da IN RFB nº 1.989, de 10 de novembro de 2020, não há mais a necessidade de Dossiê Digital de Atendimento (DDA) atrelados à concessão do regime, por isso é importante que se reforce essa alteração legislativa junto aos despachantes aduaneiros; (3) Pesquisa de Integridade da Organização Mundial das Aduanas (OMA): é essencial a participação dos recintos aduaneiros, pois o questionário versa sobre condutas relacionadas às atividades de comércio exterior, dessa forma, a Unidade está preparando o cronograma de participação de cada recinto na pesquisa e, por último, (4) VIGIAGRO: o início da adoção da conferência remota pelo órgão nos recintos sob jurisdição da Alfândega de São Paulo mostra-se crescentemente fundamental.

Com a palavra, o Sr. Delegado, reiterando os cumprimentos aos participantes, especialmente aos palestrantes e ao Delegado da ALF/GRU, salientou que, embora já tenha, anteriormente, ocupado cargos de gestão na área aduaneira, os desafios atuais para a Alfândega de São Paulo, no novo cenário do comércio exterior, são-lhe estimulantes e, para enfrentá-los, sua experiência acumulada ensinou-lhe a importância de se considerarem os anseios de todos os envolvidos nas mudanças para que os avanços sejam sólidos e perenes. Por fim, agradecendo a disponibilidade em participar do encontro e destacando o notável trabalho desenvolvido pelos gerentes do Programa Portal Único de Comércio Exterior (PUCOMEX), o qual permitiu enormes avanços nos últimos anos, o Sr. Delegado-Adjunto, apresentou os palestrantes, o Sr. Alexandre da Rocha Zambrano, auditor-fiscal da RFB, e o Sr. Tiago Martins Barbosa, analista de comércio exterior da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

## **2. TEMAS RELACIONADOS COM A RFB**

- **Centralização e Regionalização do Despacho Aduaneiro**

O Sr. Delegado citou que, entre os projetos contidos em seu Plano de Gestão para a Unidade, os projetos de centralização e regionalização do despacho aduaneiro assumem considerável papel, uma vez que se coadunam com as expectativas exteriorizadas tanto pela Superintendência Regional da Receita Federal em São Paulo (SRRF08) quanto pela Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (COANA), além de representarem a alocação mais eficiente da força de trabalho nesse momento em que a carência de servidores agrava-se sobremaneira.

O objetivo, com os projetos, é tornar a Alfândega de São Paulo uma unidade aduaneira centralizadora/regionalizadora de portos secos e centros logísticos e industriais aduaneiros (CLIA) do Estado de São Paulo que não estejam vinculados a alfândegas, ou seja, a Unidade responsabilizar-se-á pelo despacho aduaneiro dos seus atuais recintos (oito) e dos recintos do interior (quatro) que estejam, atualmente, sob o controle de Delegacias da Receita Federal (DRF) e o fará centralizadamente sob a forma de um “recinto único virtual”. Não obstante ter assumido a gestão da Alfândega de São Paulo há um mês, o Sr. Delegado frisou que todos os esforços serão empreendidos para permitir a concretização dessa proposta no prazo de até 6 meses, visto que a utilização de novas tecnologias, como as ferramentas de conferência remota de mercadorias, foi impulsionada durante a pandemia. Acrescentou-se que, no médio prazo, tenciona-se, inclusive, a ampliação do horário de atendimento da RFB nos recintos aduaneiros sob jurisdição da Unidade.

**Encaminhamentos:** Realizar as etapas preparatórias e os estudos necessários para viabilizar o início dos projetos.

### **3. TEMAS RELACIONADOS COM TODOS OS ENVOLVIDOS**

- **Programa Portal Único do Comércio Exterior (PUCOMEX)**

O Sr. Alexandre da Rocha Zambrano, agradecendo o convite recebido e parabenizando o novo Delegado da Alfândega de São Paulo, unidade inovadora (a exemplo do Projeto CONFERE) de relevo na área aduaneira, mencionou que o PUCOMEX surgiu em 2014 com a proposta de alinhar o fluxo de comércio exterior no Brasil às melhores práticas e padrões nacionais e internacionais para facilitar as operações de comércio e reduzir os custos dos operadores. Logo em sua criação, o programa estabeleceu firmes parcerias com o setor privado, por exemplo, mediante a intermediação da Aliança Pró-Modernização Logística de Comércio Exterior (Procomex), a qual, desde então, já promoveu 419 reuniões, envolvendo 18 órgãos públicos, 512 de empresas, instituições e associações, 1.853 participantes do setor privado e 264 participantes do setor público.

A fim de ilustrar as diretrizes norteadoras do Programa PUCOMEX (fortalecer a sua utilidade e seu impacto no comércio exterior), o Sr. Alexandre da Rocha Zambrano exibiu dados que comprovam o sucesso do programa. Em 2014, por exemplo, o tempo médio para embarcar uma exportação era de 13 dias, o que, segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), corresponderia a um custo adicional equivalente a um imposto de exportação com alíquota de 13,04%; já em 2019, com o avanço do PUCOMEX (eliminação de etapas, automatização, integração de sistemas etc.), o tempo médio reduziu-se para 6 dias, permitindo uma economia potencial de US\$ 12,5 bilhões ao ano. Em relação às importações, o

tempo médio, em 2014, era de 17 dias o que, conforme o mesmo estudo da CNI, corresponderia a um custo adicional equivalente a um imposto de importação com alíquota de 14,2%; já em 2020, o tempo médio passou para 9,7 dias, proporcionando uma economia potencial de US\$ 10,3 bilhões ao ano.

Embora o Programa PUCOMEX esteja contínua e progressivamente em desenvolvimento, atualmente, já há à disposição diversas inovações na importação que possibilitam mais agilidade e eficiência nas operações, tais como: (1) processamento antecipado, (2) canal único da Declaração Única de Importação – Duimp (mais transparência e atuação coordenada entre os órgãos), (3) redução das operações sujeitas a licenciamento, (4) licenciamentos abrangentes para múltiplas operações por quantidade ou tempo, (5) exigências e interações entre intervenientes em um ambiente único, (6) catálogo de produtos (mais conformidade e justiça fiscal), (7) possibilidade de diferimento do pagamento de tributos, (8) paralelismo na conferência da mercadoria (janela única de conferência), (9) visibilidade da inspeção como parte do processo de despacho da mercadoria e (10) desbloqueio automático do crédito tributário recolhido a maior.

Prosseguindo com a explanação, o Sr. Tiago Martins Barbosa, por sua vez, citou que sua atuação no Programa PUCOMEX remonta ao período de sua criação, em 2014, e que, como atual coordenador-geral de projetos estratégicos da SECEX, o PUCOMEX representa um dos mais importantes projetos sob sua responsabilidade. Ressaltou-se, ainda, que o *Time Release Study* (TRS), estudo dos tempos de liberação de cargas, desenvolvido conforme a metodologia da OMA, verificando que os processos exclusivos da RFB são céleres, indicou que os entraves ocorrem, sobretudo, nos procedimentos dos órgãos anuentes. Dessa forma, visando à redução de tempo e custos nas operações de comércio exterior e à ampliação da participação do Brasil no comércio internacional, o Sr. Tiago Martins Barbosa reforçou as inovações na importação apresentadas pelo Sr. Alexandre da Rocha Zambrano, em particular: inexigibilidade de licenciamento para mercadorias de baixo risco, integração dos sistemas dos diversos órgãos dentro da estrutura do PUCOMEX, licenciamentos abrangentes para múltiplas operações, o Módulo Recintos e o Módulo LPCO (Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos), o qual permitirá a concessão, pelos órgãos anuentes, de autorizações por períodos determinados.

O Sr. Tiago Martins Barbosa, abordando mais novidades no contexto da Duimp, aludiu aos diversos módulos que a integram, tais como: os sistemas dos órgãos anuentes (Drawback e LPCO), os sistemas compartilhados entre RFB e órgãos anuentes (Pagamento Centralizado do Comércio Exterior, Gestão de Risco e Janela Única de Inspeção), os sistemas exclusivos da RFB (Tratamento Tributário e Controle de Carga e Trânsito – aéreo, marítimo e terrestre) e os sistemas transversais (Catálogo de Produtos, Cadastro de Atributos e Anexação de Documentos). Em virtude de muitas funcionalidades ainda não estarem efetivamente em produção, em dezembro de 2020 apenas 2% das operações de

importação foram registradas via Duimp, número que aumentou para 5% em janeiro de 2021, graças a alguns avanços como a integração da Duimp ao licenciamento de importação (LPCO), nova rotina de pagamentos no sistema Pagamento Centralizado do Comércio Exterior (PCCE), evoluções para pagamento do ICMS via PCCE etc. Prevê-se que, a partir de julho de 2021, ao redor de 30% das importações serão registradas no ambiente da Duimp, pois entrarão em produção outras ferramentas, quais sejam: Duimp *Webservice*, possibilidade de registro de Duimp por empresas sem a certificação de Operadores Econômicos Autorizados (OEA), avanços do ICMS via PCCE, Módulo Recintos (já em fase de testes) e automatização da restituição de tributos. A projeção para o final de 2021 é que de 45% a 50% das importações sejam pela Duimp e, em 2022, a perspectiva é que haja a migração completa das importações para o PUCOMEX, após a entrega do Módulo de Regimes Especiais e da Inspeção dos Anuentes.

Encerrada a exposição, os Srs. Alexandre da Rocha Zambrano e Tiago Martins Barbosa, prontificando-se a dirimir os questionamentos dos participantes, deram início à sessão de dúvidas. O Sr. Elson Isayama, representante do SINDASP, saudando o Sr. José Paulo Balaguer pela posse como novo Delegado da Alfândega de São Paulo e elogiando a apresentação realizada pelos palestrantes, indagou sobre as perspectivas para a utilização efetiva do Módulo LPCO, uma vez que, em 2021, notam-se dificuldades de vários órgãos anuentes na integração ao sistema. Esclareceu-se-lhe que, sem a Janela Única de Inspeção (JUI) em operação na Duimp, os órgãos anuentes que demandam inspeções físicas, como a ANVISA, ainda não conseguem adotar a LPCO; contudo, espera-se que, até meados de 2021, a ANP, o INMETRO e algumas situações do MAPA já estejam integradas e, finalmente, em 2022, a depender do cronograma de implementações, todos os órgãos anuentes integrem-se ao Módulo LPCO.

Convidada pelo Sr. Delegado-Adjunto a expressar suas impressões sobre os avanços ocorridos na Duimp no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP), a Sra. Laura Albuquerque Oliveira, representante da SEFAZ/SP, pontuou que as entregas no PUCOMEX havidas nesse mês de fevereiro de 2021 facilitaram o tratamento tributário correto quanto ao ICMS no PCCE, solucionando, portanto, dificuldades anteriormente encontradas.

A Sra. Regina Terezin, representante do SINDASP, comunicou aos presentes que a sua entidade disponibilizou salas, tanto no Aeroporto de Viracopos quanto no Aeroporto Internacional de Guarulhos, para que os despachantes aduaneiros possam participar da Pesquisa de Integridade da OMA e aproveitou para questionar acerca do módulo de treinamento da Duimp, necessário para que os operadores familiarizem-se com o sistema, uma vez que, por exemplo, não há a possibilidade de utilizar números de conhecimentos de carga aéreos antigos ou fictícios. O Sr. Tiago Martins Barbosa, admitindo esse impedimento e registrando a demanda, explicou que somente quando o CCT-Aéreo estiver dentro do PUCOMEX será possível permitir o ambiente de treinamento até esse nível, pois, no presente,

o CCT-Aéreo é um sistema exclusivo da RFB e ainda apartado do PUCOMEX, o que traria sérias complicações ao combinar o ambiente de produção do sistema da RFB com o módulo de treinamento do PUCOMEX. Aproveitando a abordagem do tema, o Sr. Alexandre da Rocha Zambrano acrescentou que se está trabalhando, embora sem prazo definido, em um novo controle de carga para substituir os sistemas atuais, a ser projetado sob uma visão mais completa, universal e multimodal, respeitando-se, evidentemente, as características próprias de cada modal de transporte.

O Sr. Walter Thomaz da Silva Junior, consultor, enaltecendo a qualidade da reunião, perguntou quais serão os benefícios futuros de ser um Operador Econômico Autorizado (OEA), uma vez que a Duimp, cuja utilização é um grande atrativo para a certificação, estará disponível a todos os operadores, a partir de julho de 2021. Respondendo-se-lhe que os benefícios do Programa OEA serão mantidos, garantidos e incentivados no desenvolvimento do PUCOMEX, exemplificou-se que os intervenientes OEA continuarão a gozar de vantagens, como o processamento antecipado específico (informação imediata do canal de parametrização e permissão para a pronta retirada da carga, facilitando a logística), tratamento de risco diferenciado e, apesar de não confirmada e sujeita a alterações legislativas, a possibilidade de operarem com o diferimento do pagamento de tributos.

O Sr. Ricardo Augusto de Nóbrega Taberneiro, gerente de comércio exterior da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), indagou sobre o momento em que será aberta a consulta pública para a especificação dos atributos do Catálogo de Produtos. Informou-se que a previsão é abri-la no final de abril ou começo de maio para que, até o meio do ano, a Duimp esteja disponível a todos. Tal prazo é indispensável, pois a equipe de desenvolvimento do PUCOMEX já recebeu ao redor de 39.000 sugestões de atributos do setor privado e, por isso, antes da consulta pública, é imperativo realizar internamente a harmonização para conciliar e cotejar os inúmeros atributos propostos, a fim de reduzir sua quantidade.

Dirigindo-se mais uma vez aos palestrantes, o Sr. Elson Isayama solicitou-lhes o compartilhamento de suas impressões acerca das ações que possam ser realizadas pelos operadores visando à utilização efetiva do PUCOMEX. O Sr. Tiago Martins Barbosa, evidenciando ser a exclusividade da Duimp para os intervenientes OEA o maior obstáculo atual, elucidou que somente com a sua expansão para todos, em meados de 2021, é que os entraves para uso geral serão concretamente conhecidos e, após essa universalização, asseverou, haverá reuniões constantes com o setor privado para quaisquer alinhamentos necessários.

O Sr. Pedro Antônio de Andrade, então, interrogou sobre o momento em que o Módulo Recintos entrará efetivamente em operação, posto que se trata de um tema de grande impacto na Unidade. Relatou-se-lhe que o sistema já está em ambiente de treinamento e sob testes de estresse junto ao SERPRO para se

assegurarem as condições de infraestrutura vitais ao intenso fluxo de informações a serem transmitidas em tempo real, quando o Módulo Recintos estiver em pleno funcionamento. Dessa forma, como a funcionalidade já está desenvolvida e pronta, concluídos os testes, pretende-se que o módulo entre em operação ainda em 2021.

Solicitando a palavra, a Sra. Regina Terezin esboçou preocupação quanto à necessidade de alteração legislativa representar empecilho à utilização plena do PUCOMEX e citou as dificuldades referentes à realização de conferência remota pelo VIGIAGRO, devido a impedimentos legais. Objetando a afirmação, o Sr. Celso Gabriel Herrera Nascimento, representante do VIGIAGRO, chefe da 5ª Região (SGRV5/DOF), frisou que não há óbices legais que impeçam a conferência remota pelo órgão anuente, pois esse modelo de inspeção já é adotado no Porto de Santos, no Aeroporto de Viracopos, ainda que com o auxílio de aplicativo de mensagens (*WhatsApp*) e, também, nos Correios, por meio de sistemas próprios da empresa pública. Para a efetivação da conferência remota agropecuária na área de jurisdição da Alfândega de São Paulo, no entanto, as soluções de sistemas do recintos aduaneiros precisam ser apresentadas localmente ao órgão para que, em momento posterior, a proposta seja submetida à apreciação em Brasília, uma vez que, diferentemente das unidades descentralizadas da RFB, as unidades locais do VIGIAGRO não têm autonomia para implantarem individualmente esse procedimento. O Sr. Pedro Antônio de Andrade, então, instou os envolvidos a agilizarem a viabilização da conferência remota pelo órgão anuente na região de atuação da Unidade, visto que se refere a uma demanda premente.

O Sr. Carlos Emilio Duarte, despachante aduaneiro, por fim, questionou como se dará a implantação do *drawback* no PUCOMEX. Explicou-se que os *drawbacks* suspensão e isenção permanecerão nos moldes atuais, havendo, apenas, a racionalização dos procedimentos, pois o Catálogo de Produtos conterá uma aba na qual será possível vincular o ato concessório do regime a um determinado item, dispensando-se outras formalidades.

**Encaminhamentos:** Acompanhar as etapas das entregas previstas para o Programa PUCOMEX.

#### **4. ENCERRAMENTO**

Encerrados os debates, o Sr. Delegado e o Sr. Delegado-Adjunto enfatizaram, novamente, as valiosas contribuições proporcionadas pelos expositores e convidaram todos os presentes para participarem da 15ª Reunião da COLFAC da Alfândega de São Paulo, cuja data de realização será divulgada oportunamente.

Não mais restando assuntos a tratar, o Sr. Delegado-Adjunto agradeceu a presença de todos os participantes e encerrou a 14ª Reunião da Comissão Local de Facilitação de Comércio na Alfândega de São Paulo (COLFAC – ALF/SPO).

---

José Paulo Balaguer  
Delegado da ALF/SPO

---

Pedro Antônio de Andrade  
Chefe do SEDAD da ALF/SPO

---

Claudia Alves Pereira  
Representante da ANVISA

---

Celso Gabriel Herrera Nascimento  
Representante do VIGIAGRO

## **ANEXO – PARTICIPANTES**

Em virtude da pandemia do novo coronavírus, a 14ª Reunião da COLFAC da Alfândega de São Paulo foi realizada pela plataforma virtual *Microsoft Teams* e, desse modo, relacionam-se apenas os órgãos, empresas e entidades participantes.

Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo (ALF/SPO)

Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Intern. de Guarulhos (ALF/GRU)

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO)

Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP)

Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo (SINDASP)

Sindicato dos Comissários de Despachos, Agentes de Carga e Logística do Estado de São Paulo (Sindicomis)

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FecomercioSP)

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

Associação Brasileira da Ind. de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC)



Associação Brasileira das Empresas de Transporte Intern. Expresso de Cargas (ABRAEC)

Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros (Abclia)

Armazéns Gerais e Entrepósitos São Bernardo do Campo SA (Agesbec)

CNAGA – Armazéns Gerais Alfandegados Ltda.

Cragea – Companhia Regional de Armazéns Gerais e Entrepósitos Aduaneiros

Embragen Empresa Brasileira de Armazéns Gerais e Entrepósitos Ltda.

Multilog Brasil S.A.

Lachmann Terminais Ltda.

Wilson, Sons Logística Ltda.

Aurora Terminais e Serviços Ltda.

Universal Armazéns Gerais e Alfandegados Ltda.

Brado Logística S.A.